

Recife, Volume 12, 2023 (01-19)

<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2023.251145>

## AÇÕES DE EXTENSÃO RURAL NOS ASSENTAMENTOS BELO HORIZONTE E FLORESTAN FERNANDES, ALAGOAS: PERCEPÇÃO E DESAFIOS

### RURAL EXTENSION ACTIONS IN BELO HORIZONTE AND FLORESTAN FERNANDES SEATLEMENTS, ALAGOAS: PERCEPTIONS AND CHALLENGES

Luiz Gustavo de OLIVEIRA<sup>1</sup>, João Manoel da SILVA<sup>2</sup>, Tania Marta Carvalho dos SANTOS<sup>3</sup>, Jakes Halan de Queiroz COSTA<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Graduado em Zootecnia, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2382-1285>

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7654-5475>

<sup>3</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1816-7840>

<sup>4</sup> Professor Doutor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0018-9646>

Artigo recebido em 21/07/2021, aceito em 21/12/2022.

#### Palavras-chave:

Assistência técnica rural,  
Assentados,  
Reforma Agrária.

#### RESUMO

A assistência técnica rural, como conhecemos atualmente, remonta do pós Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a importância e aplicação para pequenos produtores vem sendo debatida constantemente. No estado de Alagoas, a produção sucroalcooleira tem extrema importância para a economia, fato que marginaliza a agricultura familiar, levando-a a usufruir de pouco incentivo e investimento, tornando-a de baixa qualidade e descontinuada. Uma oposição às grandes propriedades de monocultura e trabalho intermitente são os assentamentos rurais. No estado de Alagoas existem, no momento, 143 assentamentos rurais e, neste trabalho, dois foram analisados a partir de dados coletados em observações de campo e entrevistas, no período de julho a dezembro de 2017, junto a quatorze famílias assentadas dos assentamentos Florestan Fernandes, em Matriz do Camaragibe, e Belo Horizonte, em Novo Lino. Problemas persistentes, inclusive de infraestrutura, desde a criação dos assentamentos, além de problemas na execução de programas vinculados às políticas governamentais e os entraves políticos e administrativos que a agricultura familiar enfrenta refletem diretamente na forma de como o extensionista atua junto a essas famílias.

#### Keywords:

Technical assistance;  
Settlers;  
Land reform.

#### ABSTRACT

Rural assistance as we know it today dates back to post-World War II. In Brazil, the importance and application for small producers have been constantly debated. In the state of Alagoas, sugar and alcohol production is extremely important for the economy, which makes family farming marginalized, with little incentive and investment, making it of low quality and discontinued. In opposition to the large properties of monoculture and intermittent work are the rural settlements. In the state of Alagoas, currently exist 143 rural settlements and in this work, two were analyzed from data collected in field observations and interviews, from July to December 2017, along with



fourteen settled families from the settlements, Florestan Fernandes, in Matriz Camaragibe and Belo Horizonte, in Novo Lino. Persistent problems, including infrastructure, since the establishment of the settlements, and in addition to problems in the execution of programs linked to government policies and the political and administrative obstacles that family farming faces, directly reflect on how the extension worker works with these families.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A Reforma agrária é uma reunião de ações governamentais que tem por objetivo remodelar a estrutura fundiária de uma região. Atua distribuindo propriedade e posse de terra a agricultores desprovidos de terras, visando assegurar e melhorar os ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos e econômicos para fins de crescimento da produção agropecuária e reordenação do território. Essas ações resultam de um conjunto de decisões governamentais ou da doutrina de um texto legal (Oliveira, 2007).

A desigualdade social no campo e a concentração fundiária marcam a sociedade brasileira desde sua origem. Durante o processo da colonização portuguesa sobre o Brasil, foi instaurado o regime sesmarias, o qual compreendeu um mecanismo de posse da terra utilizado em Portugal e que foi implantado no Brasil. Nesse regime, o agricultor tinha direito apenas à posse da terra e o domínio era do Rei ou do Estado. Entretanto, no período de colonização, apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham direito à posse da terra, enquanto os povos escravizados, indígenas, judeus, dentre outros, não possuíam este direito. Tal fenômeno resultou na concentração de terras para os senhores de engenho, os quais obtinham grande área para o plantio de cana-de-açúcar, ao passo em que a maioria da população não tinha direito à terra (Miralha, 2006).

No ano de 1822, o sistema de sesmarias acaba, dando início a um processo de ocupação de propriedades por posseiros que se estendeu até o ano de 1850, ano em que é criada a Lei de Terras, pela qual quem já usufruía das áreas, anteriormente, se tornou proprietário, dando direitos legais a quem antes era sesmeiro ou donatário, proporcionando a continuidade da falta de acesso à terra aos menos favorecidos (Lisboa, 2018).

É unânime que a reforma agrária possui uma grande importância, em especial no âmbito social, pela política de distribuição de renda e inclusão social, assim ajudando os pequenos arrendatários, parceiros e meeiros, concedendo a oportunidade de, a quem está em grandes cidades, excluído do mercado de trabalho e que foi expulso do espaço rural migrando para as cidades, poder voltar para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando sua dignidade (Miralha, 2006). Os primeiros movimentos sociais em defesa da reforma agrária foram as ligas camponesas do Nordeste, em 1945, com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nessa época, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalhador: saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais (Sabourin, 2008).

Romeiro (1994) aponta que na década de 1950 houve um grande debate sobre a causa da crise econômica e do aumento da industrialização e urbanização. A estrutura latifundiária foi vista com uma das causas dessa crise e um obstáculo para o crescimento econômico, já a reforma agrária foi vista como forma de

expansão da agropecuária. Desse modo, foi desenvolvido o estatuto do trabalhador rural em 1963, mas, no ano seguinte, com o golpe militar, os direitos do trabalhador rural foram deixados de lado novamente.

Durante os 20 anos de ditadura militar, a saída encontrada pelos excedentes da população agrícola foi o movimento migratório, principalmente para as regiões de fronteira, onde procuravam se fixar como posseiros. Contudo, a política de ocupação do Oeste, por meio de incentivos fiscais, reduziu o alcance dessa válvula de escape. A escolha da cana-de-açúcar como única cultura do Proálcool, por exemplo, ainda ajudou os grandes fazendeiros a avançarem cada vez mais sobre as terras da jovem agricultura familiar do Sudeste e foi por isso que, em meados dos anos 1980, quando se encerrava a longa noite ditatorial, o sistema agropecuário brasileiro passou a ter um perfil essencialmente patronal, em flagrante contraste com o de todos os países que conseguiram se desenvolver durante o século XX (Veiga, 2000).

Segundo Costa (2016), existem dois grandes modelos de desenvolvimento rural no Brasil: uma agricultura empresarial, que é dirigida para o agronegócio e apoiada pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA), e a dos agricultores familiares, onde estão inseridos os indivíduos que exploram os lotes de assentamentos de reforma agrária. Alagoas é um estado em que se produz pouca riqueza e cuja distribuição é concentrada nas mãos de poucos, excluindo, com isso, grande parte da população do mercado consumidor interno (Carvalho, 2012). No estado, parte significativa dos projetos de reforma agrária está localizada em áreas em que histórica e tradicionalmente se cultivava a cana-de-açúcar. É observada, também, a existência de diversos problemas em relação ao programa de reforma agrária, uma vez que os lotes têm um tamanho inferior ao módulo fiscal, a infraestrutura é precária, há falta de organização social e produtiva e ausência de assistência técnica e extensão rural eficiente e permanente.

Na área tipicamente ocupada pelo setor sucroalcooleiro, vários municípios do litoral norte do estado se destacam, dentre eles, Matriz do Camaragibe e Novo Lino. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Matriz do Camaragibe, situado no estado de Alagoas, na Zona da Mata, fica a 76 quilômetros da capital Maceió, com uma população de 24.634 pessoas (IBGE, 2020). Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existem três assentamentos no município, sendo Florestan Fernandes o mais antigo, criado em 30 de novembro de 1999, com 390,3232 hectares e 41 famílias (INCRA, 2020). O assentamento Belo Horizonte é o que ocupa maior área e população, possuindo de 2112,7503 hectares e 248 famílias (INCRA, 2020). São assentamentos que podem representar o universo dos projetos de assentamentos de reforma agrária de Alagoas, expressando uma realidade rica e controversa envolvendo agricultores e agricultoras familiares responsáveis pelas próprias sobrevivências, subsistências e oferta de alimentos para a sociedade.

Os projetos de assentamento têm o propósito de integrar os assentados à sua comunidade próxima, fazendo com que produzam para a sua subsistência e comercialização (Albuquerque, Coelho, & Vasconcelos, 2004). O INCRA, criado em 1970, tem papel importante na luta pela terra, pois tem como uma das suas responsabilidades as desapropriações de terras improdutivas e criação dos assentamentos no Brasil. Este último tem como principal meio de criação a luta pela terra feita pelos movimentos camponeses, os quais

defrontam por políticas para o desenvolvimento e autonomia dessas áreas e têm mantido a reforma agrária sempre em pauta na política brasileira (Tsukamoto & Asari, 2003).

O processo de assentamento se dá por meio de etapas. Inicialmente, os indivíduos passam a acampar nas propriedades ou nas margens delas a fim de pressionar o INCRA para que se inicie a etapa de negociação e, depois, a demarcação da propriedade. Com a posse da terra, é necessário que exista uma forma para o assentado entrar no mercado necessitando de crédito rural e assistência técnica, mas, mesmo os pequenos e médios produtores sendo ativamente importantes para a produção de alimento do Brasil, os incentivos estatais são direcionados para os ruralistas que produzem para a importação (Tsukamoto & Asari, 2003).

Os assentamentos implantados até hoje no Brasil estão longe de serem considerados como reforma agrária, pois, em grande parte, o estado teve que desembolsar recursos financeiros para a desapropriação da propriedade e investir pouco em infraestrutura e recursos sociais, econômicos e culturais para que o assentamento se tornasse autossustentável. Isso reforça a ideia de que o país ainda necessita de uma reforma agrária que resulte em resultados bem mais significativos que os atualmente vislumbrados (Miralha, 2006).

Apesar das dificuldades, o assentamento apresenta-se como uma estratégia de inclusão social para a população excluída; é uma alternativa consistente (Albuquerque, Coelho & Vasconcelos, 2004), uma vez que é no assentamento que esses sujeitos estabelecem suas relações sociais de modo cooperativo entre todos que ali residem e, também, se dá como modo de resistência, sendo este um lugar de constantes lutas e desafios (Angelo Neto, Santos, Costa, Silva, Medeiros & Silva, 2020). Com base no exposto, objetivou-se estudar e entender as ações de assistência técnica e extensão rural realizadas nos assentamentos Florestan Fernandes e Belo Horizonte e a percepção dos produtores em relação às atividades realizadas.

## 2. MÉTODO

Este é um estudo de casos descritivos (Gil, 2019), em que se procurou conhecer aspectos da realidade de vida dos agricultores assentados vinculados ao Programa de Reforma Agrária efetivado pelo Governo Federal, assistidos pelo INCRA, por intermédio da Superintendência do estado de Alagoas. As entrevistas realizadas foram semiestruturadas (Gil, 2019) seguindo um roteiro de perguntas, objetivando-se levantar características dos locais estudados, conhecer os agricultores, identificar ações de assistência técnica e extensão rural e a percepção dos assentados sobre as ações viabilizadas.

O universo da pesquisa compreendeu a entrevista de 14 famílias atendidas pelo INCRA, utilizando-se dados qualitativos que foram obtidos a partir de observações simples e entrevistas promovidas durante as visitas aos assentados no campo, à luz da metodologia de Gil (2019). As atividades se inserem num estudo de caso que, segundo Gil (2019) e Marconi & Lakatos (2020), permite reter características holísticas e representativas dos eventos da vida real a fim de sejam entendidos os fenômenos sociais e complexos do cotidiano inseridos em determinado *locus*.

Inicialmente, foram coletados dados secundários sobre a área de estudo, como dados do município no IBGE, mapas e artigos, com intuito de promover uma primeira leitura do universo pesquisado. As visitas no campo foram viabilizadas a partir de uma caminhada realizada com o agente de extensão rural da área e uma liderança de cada assentamento, percorrendo os principais pontos das duas vilas rurais dos assentamentos, locais em que residiam os assentados. Tais ações possibilitaram a obtenção de informações sobre a história dos assentamentos envolvendo a antiga propriedade, as chegadas, ocupações, processos de instalação, avanços e dificuldades vivenciadas, formações das comunidades, além de trajetórias de vida. Posteriormente, foram escolhidas, de forma aleatória, as 14 famílias de acordo com sua disponibilidade e liberdade em participação da pesquisa de modo voluntário.

Os dados obtidos, em função da variedade de respostas e a necessidade de analisá-las adequadamente, foram organizados, agrupados e analisados qualitativamente, conforme metodologia proposta por Gil (2019) e Bardin (2010), o que empreende a análise de conteúdo.

Para um melhor entendimento do universo do objeto de estudo, buscou-se elementos sobre a história, infraestrutura, ações governamentais, diagnóstico e planos de ações para os dois assentamentos, elementos contidos nos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs). O plano de desenvolvimento dos assentamentos teve como principal objetivo levantar as necessidades dos assentados e servir como molde para as iniciativas que seriam tomadas pelos agentes extensionistas, a partir do que foi obtido no período que foi feito. Esse aspecto configura, segundo Marconi & Lakatos (2020), uma análise de compilação documental.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos**

##### *3.1.1 Assentamento Belo Horizonte*

O assentamento Belo Horizonte foi iniciado no fim de 2002 e seu Projeto de Assentamento (PA) feito em 2005 com uma área medida após vistoria de 1.683,3565 ha. Situado a 8 km de Novo Lino, sendo 4 km sem pavimentação, contendo 260 famílias. Cerca de 65% do solo tem um limite elevado de erosão, com baixa fertilidade natural e restrição à motomecanização, além de poucas práticas de conservação do solo pelos produtores.

O Rio Manguaba corta a área e dispõe de água em regime perene e de boa qualidade. Cada família trabalha em seu lote sozinha, fazendo com que as mulheres, muitas vezes, desenvolvam atividades domésticas e braçais, acumulando mais atividades que os homens. As crianças começam a ajudar nos lotes com, aproximadamente, 12 anos de idade; quando não ajudam no lote, procuram atividades ao ar livre.

Os dados obtidos em pesquisa de campo mostraram que 41% das famílias eram compostas por 4 a 6 membros: 40% de 1 a 3 anos e mais de 50% dos moradores estavam abaixo de 50 anos de idade. Havia uma

escola do ensino fundamental (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série), duas igrejas protestantes e uma antiga e rústica casa de farinha. Não existia energia elétrica nas casas e nem água encanada, sendo que a água utilizada não recebia tratamento.

Durante a realização da pesquisa, as culturas mais produzidas eram cana-de-açúcar, macaxeira, banana, inhame, feijão, milho e batata. As demais produções, como maracujá, hortaliças e o feijão-de-corda não têm tanta expressão como as outras. Foi observado um sistema semiextensivo na produção animal, característico de uma baixa tecnologia empregada, sem rotação de pastejo e pisoteio contínuo, ração de qualidade inferior ou inexistente. A sanidade dos animais não é levada em consideração: não há controle das vacinas, cronograma de vermifugação e utilização de carrapaticida, além disso, há uma má condição de vida e um padrão racial dos animais deficiente, fato que leva a uma produção torpe e que sofre durante o período de seca devido à grande dependência dos recursos naturais dos lotes. A maior atividade no assentamento, durante o levantamento, era a avicultura, seguida pela bovinocultura, caprino, ovinos e suínos com menor expressão, equinos, muares e asininos usados somente para o trabalho.

Apenas 38% dos assentados praticavam algum tipo de comercialização, enquanto grande parte entrega sua produção para atravessadores. A produção era deficitária, a infraestrutura de acesso ao assentamento era precária, o que dificulta o escoamento da produção. A informalidade no processo produtivo fez com que ficassem fora da competição pelo comércio.

Durante o processo de criação do programa de reforma agrária para o desenvolvimento do assentamento, os produtores recebiam assistência do Instituto Naturagro, que prestava serviço ao INCRA no processo de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Os assentados não adquiriram o crédito inicial que permitiria que eles pudessem aumentar sua produção e melhorar sua condição de vida e, em função disso, os profissionais que participaram da criação do PDA acreditavam que o necessário seria a liberação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Nenhum produtor passou por um curso de capacitação em nenhuma área. Uma das primeiras iniciativas da Naturagro foi fornecer uma especialização de bordado em tecido para as mulheres do assentamento com o intuito de que houvesse uma evolução para um grupo de trabalho coletivo.

Os moradores não tinham acesso à coleta de lixo, portanto, o descarte acontecia de forma incorreta: céu aberto, queimar ou enterrar eram as opções. O assentamento gozava de riachos e cacimbas, mas não havia energia elétrica, acarretando, assim, o deslocamento dos moradores para coletar água para suas necessidades básicas.

Não existia posto de saúde no assentamento, fazendo com que qualquer morador que precisasse de atendimento médico e marcação de consultas se locomovesse para a cidade de Novo Lino. Não foi observada nenhuma fonte de lazer e atividades culturais para os assentados. No período das entrevistas, o assentamento possuía 8 anos, mesmo assim, apenas duas agrovilas estavam em fase de acabamento, à medida que duas ainda seriam construídas, nas quais pessoas ainda estavam morando em casas de lona ou taipa.

Após o levantamento dos dados, foram observadas várias limitações para o desenvolvimento das famílias assentadas, tais como: falta de capacitação para produzir e vender seus produtos, alta taxa de analfabetismo, ausência de apoio institucional, falta de luz e água encanada, péssimas condições das estradas e falta de recurso financeiro para investimento.

As principais ações previstas para que o desenvolvimento do assentamento fosse feito consistiu no planejamento e melhoria na produção agropecuária, qualificação dos produtores, investimento no avanço na infraestrutura das agrovilas, enriquecimento da estrutura de acesso e disponibilização do acesso aos recursos financeiros para produção.

Levando em consideração os pontos fortes e as fragilidades do assentamento, foi desenvolvido um plano de ação para uma evolução dos produtores com a previsão de três anos de conclusão. As principais atividades estabelecidas foram: demarcar e distribuir os lotes, além de melhorar as estradas existentes e construir novas; ampliar a escola já existente e criar uma creche; inserir sistema de coleta de lixo no assentamento; instalar água encanada e luz em todas agrovilas; criar um posto de saúde e uma área de lazer e eventos culturais; oferecer cursos e palestras, na área de produção, para aumento da produção agrícola; além de associativismo e cooperativismo, atividades de produção não agrícolas como doces e cultivos de flores tropicais para as mulheres do assentamento; estimular a preservação dos recursos naturais com a criação de uma área legal para plantio de espécies nativas e exóticas.

### *3.1.2 Assentamento Florestan Fernandes*

Realizado em 2003 por um grupo multidisciplinar, fruto de um convênio da Universidade Federal de Alagoas e o INCRA, o Plano de Desenvolvimento do assentamento Florestan Fernandes teve como objetivo melhorar as condições de vida dos recém-assentados e proporcionar aos mesmos condições de geração de renda.

O assentamento fica no município de Matriz de Camaragibe, a 75 km da capital. Possui 235 km e tem como via de acesso a AL 101 Norte. Apresenta clima temperado com máxima de 28° e mínima de 18° graus, seu relevo é ondulado com as partes altas cobertas por resquícios de mata atlântica, a hidrografia principal é o rio Camaragibe e seus afluentes, os riachos Camaragibe Mirim, Cutia e Santa Helena.

A principal fonte de renda do município é a cana-de-açúcar, junto da mandioca e banana. O comércio é feito no próprio município, nos municípios vizinhos e na capital do estado. A pecuária é voltada para criação de suínos e bovinos e a única atividade industrial do município são as usinas Santo Antônio e a Santa Maria, que fica em Porto Calvo.

Foi observado que, mesmo com os créditos iniciais recebidos, o assentamento não obteve um crescimento, muito pelo desvio do dinheiro para outros meios que não a produção agrícola. Além disso, o sistema de irrigação não levou em consideração o estado dos lotes, situação que motivou os produtores a fazerem o investimento mesmo sem água suficiente para o sistema projetado. A falta de assistência técnica

especializada no início do assentamento acarretou perda de mudas, fazendo com que não houvesse produção e grande parte da irrigação ficasse parada junto a uma sala da escola do assentamento.

O assentamento possui 742,400 ha, com frações de parcelamento mínimo de 4 ha. Tem seu clima quente e úmido, com temperaturas máxima 34 °C e mínima de 14 °C. O solo se apresenta ondulado e forte ondulado com moderada textura argilosa. O imóvel encontrava-se abandonado há 3 anos e apresentava algumas regiões sem trabalho na solo e grande área de mata. Foi observado que são necessárias práticas de manejo para conservação do solo, sendo cerca de 65% deste com limitação moderada em relação à erosão. Além do riacho Macapá, o assentamento tem inúmeras nascentes e pequenos riachos para a utilização hídrica.

Durante as entrevistas, foi observado que, após anos, os assentados se dirigiam ao assentamento como “fazenda”, mostrando a falta de identidade com sua conquista, além disso, existia uma certa inquietação sobre suas moradias, pois alguns queriam morar em seu próprio lote e foram alocados em agrovilas, sem que houvesse diálogo sobre o que desejavam.

Após recebimento de mais de 70% dos créditos, as 43 famílias que residiam no assentamento se viam inseguras por que não existia uma melhoria efetiva em suas vidas. As lideranças reclamavam da falta de orientação técnica na hora de aplicar os recursos financeiros que lhe foram dados e do fato de ter pouca mão de obra para o trabalho, já que muitos faziam suas atividades individualmente nos seus lotes, não havendo contratação de força de trabalho externa. A maioria dos componentes do assentamento são trabalhadores rurais e pessoas oriundas do corte de cana e das fazendas vizinhas, pessoas vindas de Joaquim Gomes, Matriz do Camaragibe, União dos Palmares e Maceió.

Os entrevistados externavam que, devido ao desentendimento com as práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – que segundo eles exigiam uma porcentagem de cada crédito, romperam relações e depois da conquista do assentamento não ocorreram mais visitas do MST. Existia, também, uma associação dos produtores assentados, contudo, era um espaço que pouco atuava no bem-estar e promoção da coletividade dos assentados, sendo apenas utilizada como meio de garantia de crédito rural. Desse modo, os assentados relatavam que nos momentos de reuniões da associação não ocorriam os acordos e diálogos necessários em razão do individualismo e da pouca mobilização, refletindo um espaço onde impera a lógica capitalista de produção.

As mulheres ajudavam na produção, além das atividades domésticas, mas não tinham voz ativa nas decisões em relação ao que cultivar, criar e comercializar. As que são titulares do lote têm uma jornada mais dura, pois se dividem entre as atividades no lote, criação dos filhos e a casa. As reuniões com os técnicos eram feitas apenas com os titulares e não com a comunidade num todo, reforçando a falta de coletividade.

As crianças começavam a ajudar cedo nos lotes, mas logo se engajavam em trabalhos fora dele para ajudar financeiramente os pais. Muitos filhos, ao verem o insucesso nas atividades agropecuárias, na primeira oportunidade, iam para fora do mesmo; os que permaneciam, casavam-se cedo, fazendo moradia no lote dos pais e dividindo-o.

O plantio no assentamento era feito individualmente para próprio consumo e, possivelmente, venda. Os cultivos predominantes eram feijão, mandioca, macaxeira, inhame, banana, coco e caju. A má qualidade das estradas que dão acesso ao Florestan Fernandes impossibilitava que os assentados pudessem sair para comercialização de sua produção nas cidades vizinhas.

Devido à orientação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o qual era o órgão que fornecia o crédito, os produtores estavam plantando abacaxi, laranja, coco, urucum, banana e mandioca, mas, segundo as entrevistas, quase todos estavam insatisfeitos, uma vez que queriam produzir lavoura de ciclo curto como inhame, feijão, milho e mandioca. A pecuária era presente apenas para consumo e uso doméstico de forma simples e sem uso de tecnologia para melhor produção. Mesmo que para consumo, a falta de melhoria na criação fazia com que implicasse em maior custo.

Havia um beneficiamento da macaxeira/mandioca no assentamento, onde os assentados utilizavam para fabricação de farinha. Existiam duas casas de farinha até o momento das visitas e havia a intenção de criar uma nova. A versatilidade da mandioca não era bem aproveitada, pois, além de farinha, é possível fazer bolos, tapioca, beiju, entre outros alimentos, que além de ajudar na renda das famílias seria uma alternativa para ocupação das mulheres assentadas.

O assentamento possuía uma creche/escola que servia para as reuniões da associação e era a única acomodação possuínte de energia (proveniente de placas solares). A comercialização do que é produzido era feita nas cidades de Novo Lino, Joaquim Gomes e Maceió. Os preços geralmente abaixo do mercado, já os produtos consumidos eram comprados no comércio das próprias cidades onde era feita a comercialização.

Grande parte dos assentados era de alfabetizados e apenas um tinha terminado o 1<sup>a</sup> ano do 2<sup>o</sup> grau. Existia apenas uma escola de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série que, apesar dos moradores falarem que atuava como creche, apenas crianças a partir de 4 anos permaneciam nas salas.

O ensino não levava em consideração a realidade das crianças, sem ponderar a preservação ambiental e o convívio comunitário. Outro problema era o ensino multisseriado que contribuía para a evasão escolar. O ensino de adultos foi empregado em duas tentativas, mas sem êxito. Muitos assentados relataram que o cansaço do dia a dia impedia um maior empenho, além de problemas de visão para outros. Ainda, fora relatado que as aulas não tinham tanto estímulo e atrativos para eles.

Não existia nenhum posto de saúde na comunidade. Em caso de hospitalização, os membros da comunidade deveriam se dirigir à cidade de Joaquim Gomes. Mulheres que estavam grávidas geralmente não faziam o pré-natal, muitas não sabiam que tinham esse direito e da importância dele. Faltava água encanada para todos, havendo a necessidade do uso de poços e cacimbas para o seu fornecimento. As necessidades eram feitas no mato e enterradas mediante a falta de água para limpeza dos banheiros. O lixo doméstico não era coletado, sendo jogado na vegetação adjacente, queimado ou usado para adubação. Foi constatado que não havia nenhuma forma de lazer além do campo de futebol; os moradores relataram que já tinham acontecido duas festas: uma quando ocorreu o recebimento do crédito inicial e outra quando as casas foram construídas.

Para além disso, algumas festividades, tais quais as festas juninas, eram comemoradas, mas apenas com os que ficam no assentamento, tendo em conta que alguns preferiam ir para a cidade ou casa de parentes.

Técnicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) fizeram palestras para os assentados, mas elas não surtiram muito efeito, visto que não foi constatada nenhuma aposentadoria ou outro direito relativo à previdência social. Contribuir para a previdência seria de grande importância, pois muitos trabalhavam em atividades perigosas e caso acontecesse algum acidente, os mesmos poderiam ser beneficiados. As aposentadorias, posteriormente, poderiam ajudar tanto na economia quanto socialmente, além de ter grande importância para economia dos municípios.

Os assentados receberam todos os créditos para habitação. Com a criação de agrovilas, esse sistema viabiliza os créditos com maior rapidez, mas muitos procuravam ter suas moradias perto de seu lote para que as atividades fossem realizadas com maior facilidade. Não havia eletricidade nas casas durante as pesquisas e a via de acesso era de barro, que ficava impossível de se locomover durante o inverno.

As dificuldades observadas para o desenvolvimento no assentamento foram: a falta de estrutura para que tenha um escoamento da produção durante o período de chuva; as lideranças do assentamento possuíam nenhuma credibilidade e força entre os produtores; entre eles há uma descrença na cooperação e associação; o ensino dentro do assentamento se mostrou precário e inadequado; muitos produtores analfabetos; a produção era baixa e precária faltando uma ligação do produtor com fornecedores; com pouco conhecimento dos seus direitos, as famílias se mostraram dependentes dos créditos governamentais e muitos tinham a crença de que isso que iria solucionar os problemas.

Verificou-se, para além dessas questões, que o assentamento possuía grande potencial para a agricultura, seus moradores - em grande parte - estavam em idade produtiva e existia diversos riachos e um rio que possibilitava a implantação de irrigação nos lotes.

Com base nos pontos fracos e fortes do assentamento, o programa de desenvolvimento foi criado para uma evolução sustentável e rentável para os assentados, sendo visada a criação de grupos setoriais, por meio dos quais a produção seria feita em grupos pré-formados, coletivizando os serviços em cada setor, propondo abandonar a monocultura e estimular a produção agroecológica, além de hortaliças e fruteiras. A proposta contemplava: o incentivo às atividades coletivas e aquisição de maquinário para uso coletivo no assentamento; o uso de uma área sobressalente do assentamento para produção de mudas e sementes para todos; a recuperação do solo e ensino de técnicas de produção menos danosas ao solo como rotação de cultura; plantio de leguminosas e enriquecimento do solo para evitar o uso de agrotóxicos, buscando introduzir os produtores no mercado de produtos orgânicos; a criação de atividades para as mulheres e jovens do assentamento, além da inserção dos mesmos nas atividades coletivas de produção; desenvolvimento de produtos feitos com insumos do próprio assentamento e inseri-los no mercado; na parte de assistência para os assentados, foi estimado um programa de apoio para melhorar não só as atividades produtivas, já que muitos são provenientes do corte de cana e praticam atividade extensiva em seus lotes, mas, também, devolver a atividade

agroecológica para que os mesmos tenham uma produção melhor e sustentável, além do auxílio na comercialização e no gerenciamento do crédito adquirido pelo assentado.

Para realização das ações acima, foram definidas estratégias que buscavam alcançar tais metas, propondo-se seminários e cursos para os produtores, ajuda no manejo do solo para evitar estragos futuros e estímulo da associação e trabalho em grupo.

### **3.2 Percepções e Desafios**

Em relação à idade dos assentados entrevistados, todos titulares dos respectivos lotes, foi constatado que nos dois assentamentos o assentado com menor idade tinha 35 anos de idade e o mais velho, 64 anos de idade. No assentamento Belo Horizonte, a idade variou de 35 anos a 64 anos. Já no assentamento Florestan Fernandes, a variação foi de 42 anos a 58 anos. Dados que se aproximam dos encontrados por Costa & Fernandes (2015) e indicavam que as lideranças dos assentamentos estudados se encontravam em idade avançada, fato que compromete o desenvolvimento de atividades no campo, considerando que a maioria das atividades eram desenvolvidas pelos agricultores e familiares.

Importante reter, por exemplo, a contribuição de Modenese & Sant'Ana (2019) para os quais a idade avançada nos assentamentos, por um lado, ressalta a longa experiência na agricultura como uma característica positiva, mas, por outro, pode implicar em limitações, dadas as exigências físicas das atividades rurais e a dificuldade de manter os jovens no campo, comprometendo, possivelmente, a reprodução social da agricultura familiar (Modenese & Sant'Ana, 2019). Foi vista uma pouca interação entre todos os filhos dos produtores de ambos os assentamentos, reforçando a questão da evasão dos jovens no campo, fato que contribui para uma carga de trabalho maior para os titulares dos lotes que, como visto, já estavam com sua idade avançada.

No tocante à composição familiar, o número mínimo era de um filho e o máximo de oito por família. No assentamento Belo Horizonte, o número mínimo era de dois filhos e o máximo de oito filhos, com uma média de três filhos por família. No assentamento Florestan Fernandes, o mínimo era de um filho e o máximo de cinco, com uma média de três filhos por família. Costa & Fernandes (2015) indicam que a contratação de mão de obra para ajudar em tarefas diversas dos processos é motivada pela idade avançada de parte dos entrevistados, aliado ao reduzido número de componentes familiares residentes nos lotes, embora a maioria das atividades seja objeto de desenvolvimento com componentes das famílias.

Dentre os entrevistados, cinco deles não desenvolviam atividades agrícolas antes de morarem no assentamento, enquanto os demais já eram agricultores. Os moradores do Belo Horizonte estavam, em média, há 13 anos no assentamento, o qual possui 18 anos de existência. Todos os questionados do Florestan Fernandes estavam há 19 anos no mesmo; o tempo de vida. Levantamento feito por Costa, Fernandes, Anjos & Assis (2018) aponta que cerca de 80% dos assentados da região do litoral norte alagoano já trabalhavam como agricultores na condição de morador ou meeiro e como trabalhador rural quando formaram os assentamentos rurais.

Um assentado, para muitas pessoas da sociedade, é uma figura muito difusa devido à heterogeneidade, uma vez que tanto são pessoas de origem camponesa, como pessoas da cidade, e todos com ocupações anteriores diversas, pessoas marginalizadas que conseguiram organizar-se em torno da luta pela terra e direitos, os quais se tornam reais nos assentamentos rurais (Gamarra-Rojas, Gamarra-Rojas, Lima & Caporal., 2019). Pessoas que, mesmo com grande dificuldade, encontram nos assentamentos um lugar de morada pelo qual podem obter os seus sustentos da terra e dos seus trabalhos.

Silva et al. (2020), em estudo realizado no assentamento Canafistula, encontram situação que se aproxima dos observados, tais como os agricultores familiares com baixa escolaridade, envelhecimento, êxodo da população jovem da comunidade e ausência do poder público. Este último se torna um fator importante na compreensão dos cenários que englobam os assentamentos rurais.

Todos usufruíam de água e luz nas suas residências. Tais disponibilidades contribuíam para uma melhor qualidade de vida dos assentados e familiares e para os sistemas e processos de produção viabilizados nos assentamentos. Estudos realizados por Costa & Fernandes (2013) e Angelo Neto et al. (2020) constataram que a satisfação dos assentados com a vida no assentamento estava atrelada à disponibilidade de água, ao fornecimento de energia elétrica e sua capacidade de trabalho. A maioria dos assentados avaliava que a vida melhorou bastante porque possuía uma moradia, uma propriedade para trabalhar e produzir o sustento da família e por seus filhos estarem estudando.

Devido ao projeto que fornece o crédito aos produtores para produção agropecuária, apenas um entrevistado não estava inserido na bovinocultura, contrastando ao restante dos assentados, e, em pequena escala, havia a produção de lavoura branca, como macaxeira, mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e laranja, situação que se assemelha à constatada por Silva et al. (2020) em assentamento rural no município de Jacuípe, com registros de produção bastante diversificada (raízes, tubérculos, hortaliças, cereais, frutíferas, produção animal etc.), sendo possível observar múltiplas formas de cultivo (monocultivo, policultivo, cultivo orgânico e convencional).

Como havia uma maior diversidade no Florestan Fernandes, pois todos já utilizaram os créditos que poderiam ser fornecidos, existia uma abundância maior de atividades, tendo em consideração que a principal era a produção de mandioca para a produção de farinha nos engenhos do assentamento, mas, além disso, os entrevistados criavam bovinos e ovinos, cultivavam lavoura branca, a exemplo da laranja, maracujá e coco.

A produção para o autoconsumo propicia uma alimentação diversa, nutritiva e segura. Quando o assentado produz e consome seu próprio alimento, potencializa a obtenção em termos de quantidade suficiente e auxilia o distanciamento da restrição alimentar (Tonezer, Pinheiro, & Pagnussat, 2019). A criação da galinha no terreiro, o feijão, as culturas brancas, com tudo isso o produtor, apesar das dificuldades, sempre tem ao seu dispor uma alimentação de qualidade diretamente da terra.

Os insumos utilizados no assentamento Florestan Fernandes eram oriundos, em maioria, do próprio assentamento; só um entrevistado afirmou ir à cidade mais próxima, Novo Lino, para aquisição de materiais para sua produção. Isso acontecia devido às atividades de extensão rural que foram feitas nesse local, onde

os assentados tiveram práticas de produção de sementes e mudas e desenvolveram esta atividade fazendo com que se diminuísse a necessidade de se adquirir matérias de fora. Em contraponto, todos os produtores do Assentamento Belo Horizonte necessitavam ir para Novo Lino, Porto Calvo, São Luiz ou Canapi para comprar insumos para produção nos lotes.

Já a comercialização da produção pecuária apresenta especificidades. Em termos de exploração desse segmento, em nenhum dos dois assentamentos os entrevistados relataram dificuldades para vender sua produção, isso ocorre em razão da baixa produção e por muitos deles venderem para marchantes, o que traduz um direcionamento da produção animal que, mesmo baixa, apresenta retorno aos produtores.

Com relação à produção agrícola ou lavoura, a situação foi diferente, pois era necessário o deslocamento para a cidade mais próxima, tendo em vista que as principais vias de acesso aos dois assentamentos ainda eram –e são – de barro, e que, durante o inverno, o tráfego fica limitado e compromete a comercialização, tornando os assentados elos frágeis na cadeia de comercialização em relação aos demais agentes intermediários de produtos agropecuários. Não só isso, como, também, a dependência da economia das cidades adjacentes para que possa escoar a produção.

Costa e Fernandes (2015) constataram em seu trabalho que os assentados citaram a desvalorização dos preços dos produtos agrícolas, as péssimas condições das estradas, aliada à falta de veículos para tirar a produção dos lotes e baixos preços praticados por intermediários nos períodos chuvosos como os principais entraves no processo de comercialização.

Ter que entregar a produção ou ter dificuldade em escoar para um mercado próximo é consequência da dificuldade de inserção dos assentados nos canais de comercialização disponíveis ou a criação de um novo mercado, fazendo com que exista uma dificuldade de capitalização que leva às dificuldades econômicas (Izidoro, Ferrante, Aly Junior, & Gomes Júnior, 2020). A infraestrutura é a grande vilã para os assentados estudados, pois mesmo que deseje vender sua produção, muitas vezes, o acesso ao assentamento é extremamente desfavorável e, sem um transporte adequado, o único meio é a venda para atravessadores, ocasionando, não raro, perda do poder de barganha.

Sobre a participação de assentados em programas governamentais, foi constatado que a maioria dos entrevistados (12) utilizou benefícios de programas como Bolsa Família, PRONAF e Aposentadoria. Dentre eles, um teve dificuldades com o Bolsa-Família, três tiveram dificuldades na operacionalização do PRONAF e dois com a solicitação de aposentadoria, tendo, um deles, lutado durante cinco anos para conseguir a aposentadoria. Tais dificuldades foram registradas por assentados do assentamento Belo Horizonte, não havendo ocorrência de problemas ou dificuldades por parte de assentados do assentamento Florestan Fernandes.

Silveira, Laforga, Custódio & Stefanoski (2012) demonstram que, mesmo o PRONAF sendo uma grande conquista para os pequenos agricultores, a parte burocrática afeta, ainda é uma dificuldade para o produtor e, muitas vezes, a assistência técnica fica apenas para auxiliar nos projetos.

Em relação à vida nos assentamentos, Costa & Fernandes (2013) levantaram situações em que a complementação de renda, via aposentadoria, se fazia necessária para a reprodução familiar, bem como constataram que diversos assentados contavam com apoio do programa governamental “Bolsa Família”. Sem dúvida, a procura por atividades fora dos assentamentos para complementação da renda familiar mensal é observada em diversos assentamentos, a exemplo do desenvolvimento de atividade rural não agrícola, como a produção artesanal de bijuterias com material do campo (Costa & Fernandes, 2013). Os programas governamentais, para muitos, é o único meio de se manter durante períodos de escassez e a procura por atividades nas cidades próximas é um dos meios que eles precisam recorrer.

Ao serem perguntados sobre a assistência técnica no início do funcionamento do assentamento, todos os produtores do Florestan Fernandes afirmam ter tido ajuda em seus lotes. Apenas dois assentados do Belo Horizonte disseram ter tido assistência no início do assentamento, tendo citado a NATURAGRO, primeira empresa a prestar serviço no assentamento. Os demais, ou não tiveram ou a mesma só foi para atividades burocráticas para adquirir o crédito financeiro. Costa & Fernandes (2015) observaram que, no tocante aos serviços de assistência técnica, cerca da metade informou que recebia assessoramento de empresas contratadas pelo governo federal, enquanto a outra metade informou que não, revelando uma situação de dificuldades que compromete a qualidade de vida dos assentados.

De acordo com as observações e informações levantadas, há unanimidade, entre todos os assentados que recebem apoio técnico, que o que necessita melhorar na assistência é o tempo e frequência das visitas, as quais são escassas, além de comparecer ao lote para tirar dúvidas que apareçam no dia a dia dos produtores, o que é um meio de auxiliar no desenvolvimento agrário dos assentamentos. Mesmo tendo acesso ao crédito rural, o produtor não tem nenhum acompanhamento na produção ou qualquer fiscalização, o que gera uma série de problemas, fazendo com que o assentado receba o empréstimo, mas não estando preparado para a utilização (Silveira et al., 2012). Assim, compreende-se que a assistência (em sua maioria apenas para questões burocráticas) dada a esses assentados ajuda na obtenção do crédito, mas deixa em falta a questão no campo, ou seja, não há uma assistência técnica rural propriamente dita. Desse modo, os profissionais atuantes agem apenas como facilitadores de aquisição de crédito rural, e, após o recebimento, os produtores acabam por não saber direcionar os recursos financeiros para melhorias na produtividade e infraestrutura, levando a um ciclo contínuo e vivendo como reféns das burocracias bancárias de crédito rural.

Todos os produtores do Florestan Fernandes afirmaram que as orientações sempre foram dadas de acordo com o que os técnicos ouviam dos mesmos. Dois assentados do Belo Horizonte afirmaram não ter ajuda, um afirma não ter tido nenhuma dificuldade e outro afirma não ter acontecido nenhuma ajuda. Os demais falaram que foram ouvidos durante as visitas e tomadas de decisões.

Apenas um assentado afirmou ter tido ajuda na sua parcela no início da produção no assentamento Belo Horizonte, já os restantes informaram que, ou não tiveram ou foram apenas reuniões burocráticas. Em relação à visita em 2017, todos afirmam que não houve nenhuma. Muitos assentados acreditam que a falta de ajuda técnica foi resultante do corte orçamentário durante a mudança no Governo Federal desde 2016. No

Florestan Fernandes foi observado algo totalmente diferente: todos tiveram assistência técnica durante o início da produção, porém a situação no ano da visita é a mesma em ambos, não tendo nenhuma ajuda técnica. Isto é, há um padrão de continuidade da facilitação de aquisição de crédito para início de produção agrícola.

Os entrevistados do Florestan Fernandes apresentavam satisfação com as visitas e relatam que existiam técnicos suficientes e, caso não tivesse visita a todos, o técnico ficava no assentamento até visitar todos os lotes. Dois assentados disseram estar satisfeitos com as visitas no Belo Horizonte, mas o restante dos assentados relata que as visitas foram apenas para parte burocrática e em relação aos projetos para os créditos financeiros, fora que nunca visitaram os lotes, assim como já discutido anteriormente.

Nessa perspectiva, há um grande questionamento no foco da extensão rural no Brasil, onde alguns apontam os problemas técnicos e administrativos responsáveis pela assistência técnica. Também existe uma indagação sobre o enfoque e nos princípios, vendo a necessidade de romper o paradigma da modernização e economia e visar os aspectos culturais, ambientais, políticos, dependendo do grupo que é destinado (Olival, Spexoto, Fonseca, & Santos, 2003).

Há diversas problemáticas a serem levantadas. Foi visto que falta voz do produtor em relação ao que produzir e que isso, por vezes, já vem pré-programado junto ao projeto para aquisição de crédito rural, o que é mediado e determinado pelos bancos, os quais são detentores de capital e estão também alinhados às perspectivas do *Agrobusiness*. Assim, a extensão rural torna-se apenas burocrática e deixa de resolver questão básica no campo, abandonando o assentado frente as necessidades à produção agropecuária.

Conforme Silva et al. (2020), a extensão rural, a assistência técnica e o crédito rural são importantes instrumentos de modificações com resultados rápidos e efetivos para a agricultura familiar. Em Alagoas, são necessárias medidas de incorporação de novos métodos de produção e gestão, disseminação de novas práticas e tecnologias agrícolas a fim de realizar uma mudança radical nos indicadores de desenvolvimento e produção rural (Silva et al., 2020). Entretanto, é necessário buscar conciliar a produção desejada do assentado com métodos agroecológicos e diversificar as atividades no assentamento. Ademais, é importante o resgate cultural da região, sendo um caminho que deve ser abordado para mudar o paradigma do estado de Alagoas e, ainda mais, estimular os profissionais atuantes na assistência técnica rural para exercício pleno de sua função – e não apenas como mediador de crédito.

Sobre palestras e cursos dados pelos técnicos aos assentados, apenas dois relataram não ter tido essas atividades, enquanto o restante afirmou ter ocorrido e que foi de grande ajuda para eles. Os produtores do Florestan Fernandes contaram que sempre teve palestra e cursos e que alguns aprendizados são utilizados até hoje, como a produção de adubo orgânico. Consoante resultados de estudos efetuados por Deus (2018), segundo a percepção dos agricultores assentados, existem duas categorias de agricultores no assentamento: a) aqueles que recebem o acompanhamento da ATER, garantindo produção para o autossustento e para a comercialização; b) aqueles que não recebem o acompanhamento da ATER e produzem somente para autossustentação. Mesmo que poucas, as atividades educacionais e visitas técnicas dos agentes de ATER são um diferencial para tirar pequenas dúvidas dos produtores e podem melhorar a atividade destes atores.

Segundo os assentados, o principal motivo de não haver assistência no período em que foi feita a entrevista é o fim do convênio com a empresa que fornecia o serviço e os cortes de verbas e mudanças que o governo vigente realizou. Assim como Mattei (2018) expõe, desde o início do governo Temer, a assistência técnica e extensão rural sofreu bastante bombardeamento, primeiro com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, depois, com o desmonte estrutural das equipes responsáveis pela implementação das políticas que estavam em curso desde a criação do MDA.

Sobre seu poder em relação ao planejamento das atividades que seriam feitas quando existia assistência técnica, todos os entrevistados afirmaram terem sido ouvidos antes de se iniciar as atividades e que eram levadas em consideração as indagações que eles realizavam.

No ponto de vista dos assentados, para uma melhor assistência, é necessário que tenha um tempo maior de serviço nos lotes, e que eles permaneçam um determinado período auxiliando a produção, ouvindo as dificuldades do dia a dia dos agricultores.

Já a pesquisa realizada por Silva et al. (2020) indica que os entrevistados desconheciam as principais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar como o PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Noutro ponto, aponta que as visitas do INCRA e as sementes vindas do órgão eram distribuídas de forma esporádica e, ainda, não atendiam às necessidades dos agricultores, seja pela qualidade ou pela quantidade.

O modelo de extensão, desde os seus primórdios, tem sua base na revolução verde, a qual foi e vem sendo um modo de produção nociva, tanto na agricultura como no contexto social. Mesmo com a esperança de mudança no governo Lula, e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) (Engelsmann & Gil, 2012) reconhecendo o efeito negativo das práticas influenciadas pela revolução verde, pouco foi feito, pois a Lei 12.188/2010, conhecida como Lei de Ater (Brasil, 2010), deixa a agroecologia de lado, mantendo o antigo modelo (Santos, Lima & Leão, 2016). O mundo vem tomando um rumo sustentável e agroecológico na contramão do método de assistência rural no Brasil, que desde seu início teve enfoque em difusão de tecnologia e crédito. Inserir a produção agroecológica é de grande necessidade, pois cria métodos que levam em conta a região, insumos locais e espécies nativas, o que leva a uma melhor qualidade de produção e uma mudança não só produtiva, mas também social.

No assentamento Florestan Fernandes apenas um dos entrevistados diz não ter como se manter apenas com a produção do seu lote devido à seca, já em Belo Horizonte apenas um assentado diz conseguir manter a família com o que produz, os demais não tem como se manter com sua produção.

O modelo de reforma agrária que o estado propõe – tecnológico e econômico – vai em contramão às políticas que são feitas para os pequenos produtores, e não há crédito rural nem assistência técnica suficiente, fazendo com que as unidades familiares sejam inviáveis economicamente (Caporal, 2009).

De acordo com Costa & Fernandes (2013), o universo dos assentados da reforma agrária é formado, em sua maioria, por pessoas oriundas do meio rural ou descendente de agricultores familiares, ocupando

espaços conquistados, trazendo consigo experiências e saberes, mas que não contam com infraestrutura mínima que proporcione uma condição de vida digna. Tudo está por construir e em permanente construção.

A diferença de resposta entre assentamentos sobre a questão de se manter com o que é produzido em sua área tem muito a ver com a assistência técnica e a formação do assentamento. No Florestan Fernandes, onde não teve problemas com demarcações e a obtenção de crédito rural, a assistência foi mais focada na produção dos agricultores e difusão de tecnologias para eles. Já no Belo Horizonte, desde seu início, ocorre o registro de problemas, dificuldades em obter uma infraestrutura básica como a água, problemas na demarcação dos lotes e descontinuidade do trabalho de extensão que era realizado, além de problemas com a burocracia na hora de adquirir capital, fazendo com que os técnicos priorizassem o auxílio na criação dos projetos para os bancos e faltando, desta forma, com a assistência na cadeia produtiva.

Isto posto, percebe-se que há uma tendência neoclássica no que trata a extensão rural no estado de Alagoas, pautada na mercadologia, realidade que fundamenta a hipótese de que os profissionais atuantes na assistência técnica rural são estimulados pelas influências bancárias e atuam como facilitadores de créditos, fazendo com que os produtores dos assentamentos não possuam um norte no que tange às questões agrícolas, e que os fundos do crédito não sejam suficientes para contratação de profissionais para que se realize essa assistência no campo.

Nessa perspectiva, conforme assinalam Silva & Caporal (2016), evidencia-se descaso no serviço de ATER prestado aos agricultores alagoanos, sendo um quadro que persiste ao longo do tempo e resiste às propostas operacionais da Lei 12.188 de 2010. Isso se dá, também, pelas melhorias que devem ser implementadas nas chamadas públicas, entretanto, essas eram mediadas e desenvolvidas pelo extinto MDA, o que torna um maior desafio, especialmente para produtores rurais que vivem em assentamentos e acampamentos rurais.

Elaborar um projeto de extensão rural exige uma fundamentação técnica e que seja socialmente articulado, ou seja, não basta somente um apanhado de formulações tecnicistas e baseadas em demandas de mercado, mas carece da existência de articulação e diálogo entre todos os atores, especialmente os assentados, os quais irão usufruir dos resultados. Entretanto, assim como explanado pelos assentados, toda a proposta advinda dos assistentes rurais já vem pré-estabelecida pelos fornecedores de crédito rural.

Logo, conforme Silva (2019), do ponto de vista dos estudos rurais, o ATER não é um tema muito explorado, mas é necessário resgatar um pouco dessa figura, porquanto atua como base estrutural para outras políticas públicas, sobretudo, quando se refere ao agricultor familiar mais pobre e mais vulnerável da região Nordeste. Essa esfera encontra-se limitada a abordar uma política pública focalizada, por exemplo, a do Microcrédito, sem que se tenha em sua base operacional a estrutura de assistência técnica para que o agricultor familiar tenha um real aproveitamento desse crédito (Silva, 2019).

Para Lisboa et al. (2020), a ausência de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores continua a ser um dos gargalos para o desenvolvimento rural. Isso se dá pela deficiência profissional encontrada dos agentes de assistência técnica rural, bem como reflexo dos bloqueios institucionais providos pelos eventos

políticos brasileiros nos últimos anos. Assim, torna-se fundamental também evidenciar o papel da academia nesses enfrentamentos.

#### 4. CONCLUSÕES

Ao fim do estudo, junto aos produtores dos assentamentos, foi possível verificar que o trabalho dos extensionistas tem grande impacto nos assentamentos, auxiliando na aquisição de crédito rural, ensinando técnicas para produção e visitando os loteamentos quando possível, contudo, com certa deficiência no que tange a produção agrícola.

Os entraves políticos e burocráticos que os assentados enfrentavam refletiam muito no trabalho dos extensionistas, os quais, muitas vezes, precisavam auxiliar na obtenção de crédito rural para os produtores e, por falta de tempo e recurso, não conseguiam auxiliar durante a produção.

As dificuldades durante a criação dos assentamentos, bem como a falta de políticas públicas e uma infraestrutura de qualidade, dificultava ainda mais a atividade dos produtores, além de uma assistência técnica que não tinha continuidade nem quantidade de técnicos necessários, dificultando os assentados a conseguirem uma vazão de produção para além do consumo próprio, que, por vezes, não era suprido.

#### 5. REFERÊNCIAS

Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. U. P. M., & Vasconcelos, P. C. (2004) As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*, Natal, 9(1), 81-88. 10.1590/S1413-294X2004000100010

Angelo Neto, O., Santos, T. M. C., Costa, J. H. Q., Silva, K. B., Medeiros, M. S., & Silva, J. M. (2020). Dinâmica socioespacial e produção agrícola nos acampamentos rurais Sapucaia e Caípe, União dos Palmares, Alagoas – Brasil. *Diversitas Journal*, Santana do Ipanema, 5(4), 2560-2570. 10.17648/diversitas-journal-v5i4-1270

Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições70.

Brasil. Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária –PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

Caporal, F. R. (2009). *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: Embrapa.

Carvalho, C. P. (2012). *Economia Popular: Uma Via de Modernização Para Alagoas*. Maceió: EDUFAL.

Costa, J. H. Q. (2016). *Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Costa, J. H. Q., & Fernandes, L. A. O. (2013). Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51, 2013. Anais da SOBER... Belém, PA.

Costa, J. H. Q., & Fernandes, L. A. O. (2015). Observações preliminares sobre capital social em assentamentos rurais do território da cidadania do litoral norte de Alagoas. In: 53 SOBER, 2015, JOÃO PESSOA. Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento. João Pessoa: UFPB.

Costa, J. H. Q., Fernandes, L. A. O., Anjos, F. S., & Assis, J. A. F. (2018). Produção agrícola em assentamentos rurais localizados em áreas de monocultura do Litoral Norte de Alagoas. *Cadernos Agroecológicos*, (13), 434.

Deus, K. H. C. (2018). *Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável sob a perspectiva dos agricultores do assentamento Pequeno William – Planaltina/DF*. Trabalho de

- Conclusão do curso de graduação. Universidade de Brasília/ Departamento de Engenharia Florestal.
- Engelsmann, S. I., & Gil, A. D. (2012). A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do CEMOP*, 2, 01-09.
- Gamarra-Rojas, G., Mattos, J. L. S., Gamarra-Rojas, C. F. L., Lima, P. V. P. S., & Caporal, F. R. (2019). Análise de sustentabilidade em assentamento de reforma agrária: o caso de Chico Mendes III, Pernambuco, Brasil. *Extensão Rural*, Santa Maria, 26(3), 21-41. doi.org/10.5902/2318179639471
- Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social. (7 ed.). São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Cidades - Alagoas. Disponível <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2020). Assentamentos – Alagoas. Disponível <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/notificacoes-assentamento/alagoas>
- Izidoro, L. T., Ferrante, V. L. S. B., Aly Junior, O., & Gomes Júnior, N. N. (2020). O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, 8(2), 97-130.
- Lisboa, L. S., Silva, J. C. S., Santos, N. S., Almeida, R. S., Santos, C. J. S., Dantas, F. A. L., & Lima, C. M. D. (2020). Diagnóstico socioprodutivo dos produtores rurais de Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 6(7), 45959-45973. 10.34117/bjdv6n7-283
- Lisboa, M. M. (2018). A reforma agrária de mercado no sertão de Alagoas: Estudo a partir do assentamento Boa Sorte em Pão-de-Açúcar - AL. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia.
- Mattei, L. (2018). A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *Okara: Geografia em Debate*, João Pessoa, 12(2), 293-307.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2020). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.
- Miralha, W. (2006). Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista Nera*, Presidente Prudente, 8(9), 151-172. doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1445
- Modenese, V. S.; Sant'ana, A. L. (2019). Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 636-655. 10.1590/1806-9479.2019.185555
- Olival, A. A.; Spexoto, A. A.; Fonseca, L. F. L.; Santos, M. V. (2003). Implementação e avaliação de um programa educativo sobre qualidade do leite: aspectos culturais, sociais e tecnológicos. *Extensão Rural*, Santa Maria, 10(1), 1-15.
- Oliveira, A. U. (2007). *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Fflch.
- Romeiro, A. R. (1994). Reforma agrária e distribuição de renda. In: Stédile, J.P. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: EDUFRGS.
- Sabourin, E. (2008). Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 16(2), 151-184.
- Santos, M. A. G.; Lima, I.S.; Leão, R. S. C. (2016). A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. *Extensão Rural*: Santa Maria, v. 23(1), 7-25.
- Silva, A. K., Cristo, C. C. N., Medeiros, M. S., Costa, J. H. Q., Albuquerque, C. F., Silva, J. M. (2020). Reforma agrária e processos produtivos no Assentamento Canafístula, Jacuípe, AL. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, 9(2), 88-105. doi.org/10.46802/rmsde.v9i1.245041
- Silva, A. L. da. (2019). Efeitos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar do alto sertão de Alagoas: o caso dos municípios de Inhapi e Mata Grande. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Silva, T. C., & Caporal, F. R. (2016). Lei de assistência técnica e extensão rural em Alagoas-Brasil: contribuições ou descontinuidade?. *Extensão Rural*, Santa Maria, 23(2), 7-26.
- Silveira, W. S., Laforga, G., Custódio, A. M., & Stefanoski, D. C. (2012). Política de desenvolvimento da agricultura familiar: estudo sobre o crédito rural no assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina-MT. *Extensão Rural*, Santa Maria, 19(1), 7-31.
- Tonezer, C., Pinheiro, E., Pagnussat, L. (2019). Quanto vale a produção para o autoconsumo no meio rural? Um estudo de caso no município de Coronel Freitas no oeste catarinense. *Extensão Rural*, Santa Maria, 26(1), 90-107.
- Tsukamoto, R. Y., & Asari, A. Y. (2003). Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. *Geografia*, Londrina, 12(1), 483-494.
- Veiga, J. E. (2000). *A face rural do desenvolvimento*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade.